

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**REAÇÃO DAS ELITES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
UMA EVIDÊNCIA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**

RAPHAEL GUINÂNCIO BRUCE
matrícula n°: 108077793

ORIENTADOR: Prof. Rudi Rocha de Castro

JANEIRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**REAÇÃO DAS ELITES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
UMA EVIDÊNCIA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**

RAPHAEL GUINÂNCIO BRUCE
matrícula nº: 108077793

ORIENTADOR: Prof. Rudi Rocha de Castro

JANEIRO 2013

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

“We economists trudge relentlessly toward Asymptotia, where data are unlimited and estimates are consistent, where the laws of large numbers apply perfectly and where the full intricacies of the economy are completely revealed. But it’s a frustrating journey, since, no matter how far we travel, Asymptotia remains infinitely far away.”

Edward E. Leamer

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e pelo afeto demonstrado nesses vinte e quatro anos. Se algum dia eu conseguir retornar tudo em dobro, ainda assim estarei em dívida.

Aos meus amigos, pelo companheirismo, pelas risadas e pelos incentivos.

Ao meu orientador, Rudi Rocha, pelos conselhos, idéias, e, principalmente, pelo exemplo de excelência acadêmica.

Ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelos momentos inesquecíveis.

À todos, pela paciência.

Resumo

Esse trabalho procura avaliar, por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988 e dos resultados das eleições legislativas de 1966 e 1974, a relação entre a força da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a participação eleitoral de analfabetos após a abertura democrática ocorrida no Brasil durante da década de 80. Constatado que a população analfabeta em estados dominados pela ARENA procurou participar do processo eleitoral, buscamos identificar se isso representou uma reação da elite incumbente que buscou manter seu poder através da manipulação dessa população vulnerável, ou se houve uma reação por parte desses analfabetos no sentido de remover essas oligarquias do poder. Ao verificarmos que esses eleitores possuíam um baixo nível de interesse político e informação, vemos que a segunda hipótese parece implausível. A evidência empírica aqui apresentada é inédita e traz luz à compreensão do processo de persistência institucional nesse importante período da história brasileira.

Sumário

Lista de Figuras

Lista de Tabelas

Introdução	p. 10
1 Contextualização Histórica	p. 14
2 Literatura Relacionada	p. 20
3 Dados	p. 25
4 Estratégia Empírica e Resultados	p. 31
4.1 Impacto da ARENA sobre Registro de Analfabetos	p. 32
4.2 Hipóteses Alternativas	p. 36
5 Conclusão	p. 43
Referências	p. 45
Apêndice A	p. 48
Apêndice B	p. 53

Lista de Figuras

- 1 Correlação entre a proporção de analfabetos registrados entre 1985 e 1988 e presença da ARENA durante a ditadura p. 30

Lista de Tabelas

1	Resultados eleitorais por UF (exceto Região Norte) . . .	p. 26
2	Sumário de estatísticas	p. 28
3	Estimações por MQO da relação entre registro de título eleitoral e presença da ARENA em 1966	p. 33
4	Estimações por MQO da relação entre registro de título eleitoral e presença da ARENA em 1966 com EF	p. 35
5	Estimações por MQO da relação entre acesso à informação, conhecimento político e presença da ARENA em 1966	p. 38
6	Estimações por MQO da relação entre participação política e presença da ARENA em 1966	p. 40
7	Estimações por MQO da relação entre registro de título eleitoral e presença da ARENA em 1974	p. 49
8	Estimações por MQO da relação entre registro de título eleitoral e presença da ARENA em 1974 com EF	p. 50
9	Estimações por MQO da relação entre acesso à informação, conhecimento político e presença da ARENA em 1974	p. 51
10	Estimações por MQO da relação entre participação política e presença da ARENA em 1974	p. 52
11	Descrição das variáveis	p. 54

Introdução

Esse trabalho busca compreender o processo de persistência institucional em transições democráticas, tendo como objeto de estudo o comportamento das elites e dos eleitores durante a abertura política ocorrida no Brasil nos anos 80. Utilizamos a conquista do direito ao voto para analfabetos em 1985 para compreender como esse grupo de novos eleitores se portou em estados que, durante o período autoritário, tinham forte presença do partido de base do governo. Desse modo, podemos observar como um grupo de eleitores que nunca pôde votar se comporta quando recebe o poder de manifestar sua preferência após um longo período de autoritarismo. Por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988 e dos resultados das eleições legislativas de 1966 e 1974 obtidos no IBGE, procuramos identificar qual o impacto que uma forte presença da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante a ditadura teve sobre a participação política dessa parcela da população.

Verificamos uma forte correlação positiva entre a força desse partido nos estados e o número de títulos tirados por analfabetos entre 1985 e 1988 nesses mesmos locais. Procuramos então entender melhor qual era o perfil desses analfabetos que procuravam votar. Nos valem de regressões múltiplas utilizando respostas fornecidas ao questionário da PNAD e constatamos que, em estados com forte presença da ARENA durante a ditadura, esses analfabetos que procuraram participar do processo político estavam ligados ao trabalho agrícola e possuíam baixa renda, contrariando resultados da literatura que aborda os determinantes da participação política. Buscamos então compreender se, afinal, essa tendência a participar do processo político representa uma reação das elites nesses estados frente ao risco de perder o poder durante a transição democrática, ou uma vontade política legítima

por parte de um segmento historicamente excluído que agora pode remover do poder o grupo que os oprimia. Para isso, utilizamos o suplemento temático da PNAD, que abordava tópicos de natureza política, para verificar o quão informados e interessados eram esses analfabetos. Constatamos que, em estados antes dominados pela ARENA, esse grupo não apresentava interesse político e não buscava se informar. Esse último resultado enfraquece a hipótese de reação por parte da população por meio do voto, pois, diferente do que se observa em trabalhos que analisam reações de eleitores contra uma elite opressora, observamos nesse período um segmento da população desinteressado e desinformado politicamente que, apesar disso, procura influenciar o resultado das eleições.

A procura por uma maior compreensão do efeito de instituições sobre o desenvolvimento econômico de nações têm se aprofundado recentemente por meio de estudos em economia política e ciência política comparada. Iniciada por North (1990) e Engerman e Sokoloff (1997), a investigação a respeito da relação entre instituições e desenvolvimento recebeu uma grande quantidade de contribuições nos últimos anos, especialmente após os trabalhos seminais de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001 e 2002)¹. Um tema de grande importância nessa literatura consiste na análise empírica que utiliza a hipótese de que tais instituições persistem ao longo do tempo (PANDE; UDRY, 2006). A observação de que em muitos países em desenvolvimento, onde a democracia surgiu na segunda metade do século passado, a recente equalização na distribuição de direitos políticos convive com a manutenção de uma grande desigualdade de oportunidades, corrobora a hipótese de persistência de certas instituições mesmo na presença de conquistas como o sufrágio universal. Esse fenômeno ainda pouco compreendido torna difícil a predição de um efeito causal benéfico da democratização sobre o desenvolvimento de longo prazo, indicando que boas instituições talvez não sejam suficientes para o sucesso econômico de uma nação.

¹Ver Naritomi, Soares e Assunção (2012). Entre as contribuições mais relevantes podemos listar Easterly e Levine (2003), Rodrik, Subramanian e Trebbi (2004) e Acemoglu e Johnson (2005).

Uma visão predominante na literatura teórica que apresenta uma explicação para tal fato argumenta que instituições são selecionadas por grupos em função de suas consequências distributivas. Mais especificamente, a distribuição do poder político *ex-post* é, em alguma medida, variável de escolha da elite autoritária incumbente. Frente à perda do poder político *de jure*², esta elite busca formas de reagir e realocar recursos de modo a manter-se no poder sob o novo regime democrático e neutralizar mudanças institucionais (ACEMOGLU; ROBINSON, 2006). Como formas de reação, são geralmente mencionadas na literatura a compra de votos, a coerção eleitoral, a formação de *lobbies* ou até mesmo o uso de forças paramilitares.

Uma explicação alternativa para o fracasso ou sucesso da transição democrática e de seus efeitos sobre o desenvolvimento pode estar no comportamento dos novos atores do cenário político: os eleitores. Pouco se sabe acerca dos possíveis impactos de longos períodos de autoritarismo sobre a formação cívica e a participação política dos cidadãos. Por um lado, é possível argumentar que a inexistência de uma cultura democrática por longos períodos e a falta de experiência dos cidadãos enquanto eleitores podem levar à desintegração social e da ação coletiva, à falta de interesse político, ou mesmo à resignação. Caso tal cenário se cumpra, a velha elite pode incorrer em um custo relativamente baixo para se manter ou voltar ao poder via eleições no período após a transição de regimes.

Por outro lado, é possível argumentar que longos períodos de autoritarismo tem como consequência uma participação política dos cidadãos relativamente maior no período democrático, em particular daqueles que mais sofreram os efeitos do autoritarismo e que agora tinham a oportunidade de se manifestar por meio do voto. No estudo de Baland e Robinson (2008), por exemplo, os autores mostram que a introdução do voto secreto no Chile mudou o comportamento dos eleitores em

²Entendemos instituições *de jure* como aquelas formalmente garantidas pela lei, enquanto instituições *de facto* como a operação real delas, independente da garantia pela lei. Nesse sentido, assim como Naritomi, Soares e Assunção (2012), seguimos Pande e Udry (2006). Quando falamos em poder *de jure* ou poder *de facto*, tratamos do poder que se manifesta pelas instituições dos respectivos tipos.

localidades dominadas por grandes proprietários de terra. Nessas regiões, o partido associado aos proprietários perdeu votos nas eleições ocorridas após a transição democrática. Outros autores, como Bellows e Miguel (2009) e Blattman (2009), analisam a relação entre conflito civil e ação coletiva em países da África e mostram que os indivíduos que mais sofreram com a violência são aqueles que tendem a participar mais da vida política da comunidade local pós-conflito.

Os resultados da democratização, portanto, são provavelmente contingentes tanto à capacidade de reação da velha elite às novas regras políticas como ao grau de motivação política dos cidadãos. Embora importante, a relação conjunta entre democratização, comportamento das elites e participação política da população ainda é pouco compreendida. Procuramos, portanto, enriquecer a até então escassa literatura empírica a respeito dos canais de persistência institucional após transições políticas, buscando compreender melhor os efeitos e os limites da democratização ao estudar essa relação em um evento histórico específico de um país em desenvolvimento.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, fazemos uma contextualização histórica e institucional do período aqui estudado, onde buscamos caracterizar a ARENA como o partido das elites durante o período da ditadura. O segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura em economia política relevante para o nosso objetivo. No terceiro capítulo são descritas as bases de dados e apresentadas as principais estatísticas das variáveis aqui utilizadas. No quarto capítulo buscamos verificar o impacto da ARENA sobre o registro dos eleitores analfabetos, traçar o perfil socioeconômico desses eleitores e, por fim, confrontar as duas hipóteses concorrentes. O quinto e último capítulo apresenta a conclusão do trabalho.

1 *Contextualização Histórica*

Este capítulo tem por objetivo apresentar a literatura histórica que sustenta a compreensão usual do papel das elites¹ no processo político durante e após a transição do regime autoritário para o regime democrático no Brasil.

Buscamos compreender a persistência política de elites na transição para a democracia voltando o nosso olhar para o passado: como tal segmento se manteve ligado ao poder em outros períodos de ruptura ou durante grandes mudanças na sociedade no último século? Primeiramente, tomemos o período da República Velha, entre 1889 e 1930. Durante esses anos o Brasil era uma república governada por meio de um rodízio entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, que mantinham tal poder se valendo da manipulação eleitoral por meio de fraudes eleitorais e coerção (SKIDMORE, 1967 apud FERRAZ; FINAN, 2012). Desse modo, o poder político era consolidado pelas elites rurais por meio do controle da terra e dos votos, e os barões do café se viam favorecidos pelas políticas do governo (GOMES et al., 2007 apud FERRAZ; FINAN, 2012).

A predominância das elites mineiras e paulistas se vê interrompida com a subida ao poder de Getúlio Vargas. Durante o período de 1930 à 1945 seu governo enfraqueceu essas oligarquias ao centralizar o poder em suas mãos, dando agora espaço para uma nova classe política composta por militares e burocratas. A industrialização durante seu governo foi incentivada por meio de intervenções do governo na economia e, além disso, com um novo sistema de seguridade social e

¹Nesse trabalho chamaremos de elite a *elite política*, não a *elite social* ou a *elite econômica* (apesar de reconhecermos que as três esferas não raro se interseccionam).

um conjunto de leis trabalhistas, a emergente classe de trabalhadores urbanos que crescia junto com o avanço da indústria se viu munida de novos direitos.

Mesmo passando por esse processo, no início da década de 60 o Brasil ainda tinha como principal atividade a exportação agrícola de *commodities* como algodão, borracha, café e cacau, responsável por empregar a maior parte da população (ABREU, 2008 apud FERRAZ; FINAN, 2012). Os grandes produtores, responsáveis por essa que era força motriz por trás da economia, se valiam da distribuição de terra assimétrica para empregar um grande número de trabalhadores e, se valendo disso, podiam controlar e influenciar seus votos. Essa elite do início dos anos 60 se via representada em dois partidos surgidos durante o novo regime democrático estabelecido em 1945, o Partido Social Democrático (PSD), que representava os setores que ocupavam posições de destaque durante a ditadura Vargas, e a União Democrática Nacional (UDN), que representava a oligarquia que foi enfraquecida durante esse mesmo período. Com a polarização política no início dos anos 60 que culminou na renúncia da presidência por Jânio Quadros, seu vice-presidente, João Goulart, assume a posição de chefe de Estado sob enorme pressão das elites e desconfiança por parte de setores da classe média urbana (SKIDMORE, 1967 apud FERRAZ; FINAN, 2012).

A instabilidade da gestão Goulart atinge o clímax no golpe militar de 1964, que representou uma reação de setores da sociedade a um conjunto de políticas redistributivas e populistas que afetariam o arranjo de poder político e econômico no Brasil que favorecia a elite política. O governo militar, porém, planejava cumprir dois objetivos: (i) incentivar a modernização de setores da economia buscando o crescimento econômico; (ii) reorganizar um sistema político marcado por corrupção e práticas clientelistas, problemas que os militares viam como entraves para a estabilidade política e para o crescimento (STEPAN, 1973 apud FERRAZ; FINAN, 2012). Com a finalidade de implantar tal plano de ação, os militares buscaram concentrar o poder político nas mãos do executivo, minando a estrutura precedente caracterizada por uma certa autonomia fiscal e política por parte dos governos estaduais,

tendo como resultado, além de uma mudança na distribuição *de jure* do poder, uma redistribuição do poder *de facto* entre as elites políticas. Além dessas reformas centralizadoras, o governo aboliu o recolhimento de impostos locais e passou a utilizar transferências para governos locais baseadas no número de habitantes e destinadas para fins previamente determinados, como a construção de estradas e outras obras de infra-estrutura (HOUTZAGER; KURTZ, 2000 apud FERRAZ; FINAN, 2012).

Em 1965, com a derrota de vários candidatos apoiados pelos militares em eleições estaduais, o governo decretou dois atos institucionais: (i) o Ato Institucional Número 2 (AI-2) de 27 de Outubro de 1965, que abolia os partidos políticos então existentes e exigiu que novos partidos fossem criados, cada um com 120 deputados e 20 senadores (SKIDMORE, 1988), reduzindo o antigo sistema multipartidário a apenas dois partidos; (ii) o Ato Institucional Número 3 (AI-3) de 5 de Fevereiro de 1966 que substituiu a eleição direta para governadores por eleições indiretas, executadas por um colégio eleitoral estadual. Governadores eleitos pelos colégios eleitorais então poderiam indicar os prefeitos para as capitais e cidades de segurança nacional.

Essa tentativa de mudança do poder *de jure* por meio da implementação de um regime "burocrático-autoritário" (O'DONNELL, 1973) que buscava centralizar o poder viu, porém, uma acomodação das antigas elites e um aprofundamento das relações de poder que existiam antes do golpe, como é destacado no trecho a seguir:

"Authoritarianism enhanced the effectiveness of state clientelism for both the regime and the oligarchy. Authoritarianism was the regime's stick and clientelism its carrot to dissuade opposition and build support. Authoritarianism allowed the oligarchy who organized clientelistic networks within the ARENA party to secure its grip on the state and retain its monopoly of the distribution of state resources. Incumbents naturally advantaged in a clientelistic system became virtually invincible in one in which competition was sharply reduced by law and

practice.” (HAGOPIAN, 1975)

O que se viu durante a ditadura foi, como apontado acima, uma persistência das elites e das instituições que as favoreciam desde antes de 1964. Em especial, após a perda de poder da ARENA nas eleições de 1974, o regime militar se tornou ainda mais dependente do apoio político gerado por práticas clientelistas (CAMMACK, 1982).

Durante a transição para a democracia, o pacto político representado pela “Aliança Democrática”, o maior responsável para o surgimento da Nova República, também teve o efeito de perpetuar o clientelismo como ferramenta para a manutenção das oligarquias no poder. Ao fortalecer os militares e as elites tradicionais, o pacto reduziu as chances de uma verdadeira democratização política durante o novo regime (HAGOPIAN, 1990), fazendo com que os principais partidos políticos que surgem nessa nova fase da história brasileira não atuassem como meios que transmitissem os interesses políticos de fora da elite.

Tendo em mente esse histórico de persistência institucional, iremos nos ater àqueles traços a respeito da tradição elitista no Brasil em torno dos quais há consenso (POWER, 2000). Eles são:

1. *Conservadorismo político*, entendido como um esforço para a manutenção do status-quo e para a limitação das possibilidades de participação popular no processo político;
2. *Clientelismo*, entendido como uma interação política, social e econômica baseada na troca de favores entre indivíduos de status diferentes;
3. *Estado patrimonial* poderoso, centralizado e burocrático, capturado pelas elites que o usam para práticas anti-republicanas como o *empreguismo*², nepotismo e outras formas de corrupção;

²Definido aqui como o uso do emprego público para fins políticos.

4. *Colaboração entre elites* em níveis diferentes, processo no qual uma elite central garante privilégios a elites locais em troca de ajuda para manter o controle social;
5. *Persistência no poder* resultante de:
 - (a) uma cultura política baseada nos fatores acima mencionados;
 - (b) regras e instituições feitas para preservar o domínio político de regiões conservadoras ou de setores sociais, e;
 - (c) intervenção militar contínua para preservar o sistema.

Tais características definem uma tradição política elitista, mas ainda não dizem muito sobre as elites, apenas provêem um esboço preliminar de fatores que trespassam a história política brasileira desde a República Velha. Precisamos ainda atentar ao fato que a equivalência entre *elite política* e *direita política* varia de acordo com o período analisado. Seguimos aqui a definição de Robert Kaufman, em que:

“when the term ‘right’ is used without modifiers, it is used to mean those sectors of the social system –rural and urban upper-class individuals, families, cliques, interest groups, and political parties–that tend to defend their advantageous position in . . . society and advocate conservative social and economic policies. The term is not used without some misgiving . . . on the other hand, the term, with all of its problems, does reflect a certain reality in . . . Latin American politics.” (KAUFMAN, 1967)

É possível refinar um pouco mais a caracterização política da ARENA quando nos perguntamos qual segmento da elite dentro da direita autoritária esse partido representou. Um começo para a resposta dessa pergunta pode ser encontrado em Kinzo (1988), onde a autora indica que, durante o período da ditadura, o apoio

ao partido político da base do regime variou inversamente com o nível de urbanização dos municípios. Segundo Power (2000), essas eram áreas onde o nível de informação política disponível era baixo e a dependência de recursos do governo era grande, facilitando políticas patrimonialistas e o estabelecimento de relações clientelistas nas áreas rurais. Para a finalidade desse trabalho, caracterizamos, portanto, a ARENA como o partido que representa uma elite oligárquica tradicional, que sobreviveu à mudanças na distribuição do poder *de jure* ao longo da história política brasileira.

2 *Literatura Relacionada*

A literatura em economia política a respeito do comportamento de elites e eleitores ainda não apresenta um consenso a respeito do que, afinal, acontece durante períodos de transição política. Em Acemoglu e Robinson (2006) e Acemoglu e Robinson (2008), os autores modelam as implicações de mudanças políticas sobre o comportamento das elites incumbentes. Para eles, uma mudança na distribuição do poder *de jure* advinda da transição cria incentivos para investimentos na minimização da perda do poder *de facto* ou até na completa compensação, de modo que o poder se mantenha inalterado no novo regime. Esse poder *de facto* é essencial para a determinação de políticas econômicas e na distribuição de recursos mas, ao contrário do poder *de jure*, ele não é alocado por meio de instituições políticas (e.g. nomeação oficial ou votação), e sim resultado da riqueza, capacidade de intimidação ou habilidade de resolver problemas de ação coletiva. A elite, em virtude de seu menor número e de seu maior retorno esperado pelo controle da política tem uma vantagem comparativa no investimento em poder *de facto* em relação ao resto dos cidadãos. Uma implicação disso é o fato da quantidade desse tipo de poder na mão dessa elite ser um resultado de equilíbrio do modelo proposto. O modelo também propõe que, em particular, a elite pode investir mais no poder *de facto* durante o período democrático e, em alguns casos, pode anular completamente a perda de poder gerada pela transição.

No artigo de Aghion, Alesina e Trebbi (2004) os autores examinam a endogeneidade de instituições políticas observando como constituições são escritas. Analisando como as lideranças políticas de governos autoritários atuam quando tem

poder sobre a redação da nova constituição, os autores constatam por meio de seu modelo que, quando uma minoria escolhe os termos sobre os quais irá governar (e sabe que isso irá acontecer), ela optará por maior concentração de poder. Nesse caso, a solução ótima para o problema dessa minoria não é necessariamente ótima para a sociedade como um todo. Em uma sociedade com diversos grupos de interesses diferentes o resultado ótimo seria a maior distribuição de poder entre esses grupos, o que não ocorre na prática. O que é observado é a tentativa por parte de grupos especialmente poderosos de capturar o processo constitucional e de impor suas vontades. Essa conclusão aponta para a mesma direção dos artigos anteriores: a força política incumbente procura reagir frente uma possível mudança no seu poder.

Outros trabalhos apontam que, após uma transição, há também um movimento de reação por parte do eleitorado mais atingido quando vêem a possibilidade de fazer valer suas preferências. No artigo de Baland e Robinson (2008) os autores investigam como relações de trabalho em áreas rurais do Chile permitiam aos empregadores o controle do comportamento político de seus empregados. Se aproveitando da introdução do voto secreto em 1958, os autores observam as mudanças no comportamento político de eleitores que antes tinham seus votos controlados ou vendidos por conta das relações de trabalho nas províncias dominadas pela oligarquia rural chilena. Como resultado principal, é constatada uma quebra da antes forte correlação entre a presença de partidos ligados à elite rural e número de pessoas que atuavam como trabalhadores permanentes em grandes fazendas. Essa correlação, antes positiva, some por completo após a introdução do voto secreto. O resultado sugere uma reação por parte do eleitorado rural chileno no sentido de revelar sua verdadeira preferência, enfraquecendo o poder de elites que se valiam de coerção ou compra de votos para a manutenção de seu poder político.

Analisando a guerra civil de Serra Leoa, Bellows e Miguel (2009) constatam que os indivíduos que foram mais afetados pela violência do conflito são aqueles que, após o término dele, apresentam maior probabilidade de participar de grupos

políticos ou comunitários e também aqueles com maior probabilidade de votarem. Em um resultado relacionado, Blattman (2009) verifica que crianças que foram recrutadas como soldados no nordeste de Uganda apresentam maior probabilidade de votar que outros jovens, e demonstra que a exposição desses jovens à violência (e não a prática dela) aumentou a participação política deles. Trabalhos como esses indicam que uma população que passou por um período de opressão e violência no passado pode passar a ser justamente aquela mais politicamente ativa no futuro.

A literatura sobre persistência institucional tendo o Brasil como objeto de estudo é especialmente escassa. No artigo de Ferraz e Finan (2012), os autores procuram identificar o impacto do processo de persistência sobre o desenvolvimento econômico em três estados brasileiros. Os autores se valem das reformas políticas ocorridas na ditadura militar que afetaram a distribuição de poder entre as elites oligárquicas e encontram efeitos negativos da concentração política sobre o desenvolvimento econômico desses estados. Naritomi, Soares e Assunção (2012) investigam que tipo de instituições municípios que se originaram durante os ciclos da cana-de-açúcar e do ouro possuem nos dias de hoje. Os autores verificam que municípios com origem relacionada ao ciclo colonial do ouro (caracterizado pela presença opressiva e ineficiente do governo português) apresentam, nos dias de hoje, práticas de governança inferiores e pouco acesso à justiça. Municípios com surgimento relacionado ao ciclo da cana-de-açúcar (caracterizado por uma estrutura socioeconômica polarizada e oligárquica) apresentam, hoje em dia, uma distribuição de terra mais desigual. Os municípios relacionados a ambos os ciclos apresentam também uma baixa renda per capita e uma provisão ineficiente de bens públicos.

Também do nosso interesse é a relação entre o nível de educação e participação política. O primeiro estudo a fornecer alguma evidência empírica da correlação positiva entre status socioeconômico e participação é o de Verba e Nie (1972). Nesse trabalho, os autores argumentam que indivíduos de maior status socioeconômico podem ter maiores habilidades cognitivas, se beneficiarem da maior efetividade de

suas participações, serem mais bem informados a respeito dos assuntos ou serem influenciados por efeitos de pares de outros indivíduos de situação similar. Em uma análise mais refinada, Wolfinger e Rosenstone (1980) separam o efeito do *status* socioeconômico em efeitos separados de renda e educação, e verificam que a influência do nível de educação dos indivíduos é maior que a da renda sobre a participação política deles. Os autores argumentam ainda que é possível que as habilidades adquiridas por meio da educação adicional podem ajudar os indivíduos a lidarem com inconveniências burocráticas e outras dificuldades inerentes ao processo de registro eleitoral. Utilizando uma abordagem teórica, Feddersen e Pesendorfer (1999) desenvolvem um modelo em que indivíduos com baixo nível de educação preferem se abster, deixando o resultado das eleições nas mãos dos eleitores relativamente mais bem informados. Esse último trabalho difere de abordagem dos dois primeiros sobre esse tópico na medida em que leva em conta níveis relativos de educação, e não níveis absolutos. Outros trabalhos como Milligan, Moretti e Oreopoulos (2004), Dee (2004) e Glaeser, Ponzetto e Shleifer (2007) fornecem evidência empírica adicional a respeito da relação entre educação e participação política, corroborando as idéias anteriores. Em especial, Larcinese (2007) investiga especificamente como o conhecimento político afeta a participação de eleitores, revelando que o eleitor não apenas mais educado, mas mais politicamente informado, possui maior probabilidade de participar do processo eleitoral. Todos esses resultados são importantes para o nosso trabalho pois trataremos especialmente do comportamento político da população analfabeta.

A partir da literatura mencionada nesse capítulo podemos notar, primeiramente, uma falta de consenso a respeito do que afinal ocorre durante períodos de mudança institucional. Parte da literatura indica que durante esses períodos a consolidação do tipo de regime que ocorrerá no final da transição depende da ação política das elites incumbentes. Uma outra parcela indica que a nova leva de agentes que surge no cenário político (i.e. os eleitores) cumpre um papel relevante nesse processo, mostrando que há uma reação daqueles diretamente oprimidos durante períodos de autoritarismo e violência no sentido de minimizar, por meio do

recém adquirido direito de voto, o poder *de facto* que as elites incumbentes tem sobre eles. Isso parece nos indicar que a consolidação da permanência institucional é contingente tanto à ação das elites quanto à reação do novo eleitorado. Algum consenso surge, porém, quando nos voltamos para a literatura que relaciona o nível de informação do eleitor com a participação política, onde os estudos corroboram a hipótese que existe uma importante correlação positiva e significativa entre o nível de informação do indivíduo e o seu nível de participação em eleições.

3 Dados

Procuramos nesse trabalho identificar uma relação entre a força da ARENA durante o período da ditadura militar e o comportamento de uma parcela do eleitorado que ganha pela primeira vez, no período de transição democrática, a chance de se fazer ouvida politicamente por meio do voto. Para isso nos valem do sufrágio da população analfabeta em 1985, população essa que por cem anos não pode se manifestar politicamente nas urnas. Observando o comportamento político dessa população nos estados onde as elites oligárquicas (associadas, como vimos na contextualização histórica, à ARENA), procuramos recuperar e analisar a relação entre reação das elites, reação dos eleitores e democratização em um país em desenvolvimento. Para isso, utilizamos dados das eleições legislativas de 1966 e 1974 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988. Em especial, utilizamos o suplemento temático da PNAD desse ano, que tratava de temas relacionados à política. Deixamos de fora de nossa análise o Distrito Federal, por não haver dados referentes às eleições para a câmara legislativa nessa Unidade da Federação (UF) para os anos analisados. Problema de natureza similar ocorre com a Região Norte, porém a falta de dados se dá pelo fato da área rural dessa região não estar dentro do escopo da PNAD.

Para avaliar a força política da ARENA em cada estado nos valem dos dados disponíveis nas “Estatísticas do Século XX” divulgadas pelo IBGE. Utilizamos os resultados das eleições legislativas de 1966 e 1974 para interpretarmos de duas maneiras alternativas a presença desse partido. Em 1966, a força da ARENA em cada UF é medida por meio dos resultados estaduais em termos da porcentagem

de votos da população dedicados ao partido da base do governo militar. No ano de 1974, medimos a mesma variável utilizando percentual de deputados da ARENA em relação ao total de deputados eleitos por UF. Essas duas interpretações alternativas nos permitem verificar a robustez dos coeficientes obtidos para a presença da ARENA em nossas futuras regressões. A tabela abaixo apresenta os valores de cada leitura dessa variável para cada estado:

Tabela 1: **Resultados eleitorais por UF (exceto Região Norte)**

Número	UF	Votos em 1966 (%)	Proporção em 1974 (%)
1	RJ	35	32
2	SP	38	37
3	MG	64	62
4	ES	62	62
5	SC	67	56
6	RS	43	40
7	PR	70	50
8	MA	69	89
9	PI	74	88
10	CE	67	81
11	RN	83	63
12	PB	57	64
13	PE	70	72
14	AL	59	67
15	SE	74	80
16	BA	70	84
17	DF	-	-
18	MS	61	61
19	MT	61	61
20	GO	54	54

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX

Ainda dentro do grupo de variáveis políticas, criamos *dummies* que representam respostas ao questionário presente no suplemento temático da PNAD de 1988. A primeira, e mais importante delas para esse trabalho, nos diz se o respondente declarou possuir ou não registro eleitoral. As restantes nos revelam o nível de informação e interesse político dos indivíduos da amostra. Elas perguntam se na ocasião da pesquisa:

1. o respondente sabia quem era o prefeito da cidade que habita;
2. o respondente sabia quem era o governador do estado que habita;
3. o respondente sabia quem era o presidente do Brasil;

4. o respondente era filiado a algum partido político;
5. o respondente pertencia a algum sindicato;
6. na hora de votar, o respondente acreditava ser mais importante escolher de acordo com o candidato;
7. na hora de votar, o respondente acreditava ser mais importante escolher de acordo com o partido;
8. na hora de votar, o respondente não sabia qual critério seguir para nortear sua escolha.

As *dummies* criadas para cada uma dessas perguntas tomam valor 1 no caso de resposta afirmativa e 0 no caso de resposta negativa. Criamos ainda variáveis para características socioeconômicas do indivíduo, como, por exemplo, a renda doméstica per capita e o tipo de área onde o indivíduo reside (rural ou metropolitana). Todos esses dados também foram obtidos a partir da PNAD de 1988.

Organizamos nossa análise, portanto, em cima de uma base de dados com 152544 observações e 25 variáveis. Um sumário descritivo de todas as variáveis utilizadas nesse trabalho se encontra na Tabela 12, localizada no Apêndice B. Como estamos interessados no comportamento da população analfabeta durante a transição democrática, separamos a amostra entre alfabetizados e analfabetos para observarmos algumas características desse grupo. As estatísticas descritivas se encontram na Tabela 2¹.

Buscamos agora comparar os dois grupos, iniciando nossa análise pela população alfabetizada. Para esse grupo, a média de apoio à ARENA é aproximadamente 56% para as duas *proxies* utilizadas. A proporção de eleitores registrados dentro desse grupo é de 94%, um valor considerável². O nível de conhecimento

¹A variação no número de observações ocorre por conta da ausência de alguns valores na base de dados

²Devemos levar em conta que, diferente da população analfabeta, esse grupo podia participar do processo eleitoral antes de 1985

político também é relativamente homogêneo, ficando em torno de 90% para as três perguntas a respeito dos integrantes do executivo. Quando questionados a respeito do critério utilizado para nortear o voto, 72,36% da população alfabetizada toma sua decisão com base no candidato, 12,42% com base no partido e apenas 5,47% não possui critério algum. A maior parte desse grupo habita áreas metropolitanas e possui acesso a meios para se informar, como rádio e televisão.

Tabela 2: Sumário de estatísticas

Variável	Alfabetizados			Analfabetos			Diferença entre médias	
	Observações	Média	Desvio padrã	Observações	Média	Desvio padrã		
<i>Arena 1966 (por UF)</i>	121343	56.13	13.99	31193	62.35	11.85	-6.22	***
<i>Arena 1974 (por UF)</i>	121343	55.84	17.31	31193	65.61	16.57	-9.77	***
<i>Possui Título (x100)</i>	121199	94.01	0.24	31156	74.34	0.44	19.67	***
<i>Sabe o prefeito (x100)</i>	44851	87.90	0.33	13725	74.11	0.44	13.79	***
<i>Sabe o governador (x100)</i>	44852	90.00	0.30	13723	61.74	0.49	28.26	***
<i>Sabe o presidente (x100)</i>	44857	90.62	0.29	13723	56.60	0.50	34.02	***
<i>Filiado a partido (x100)</i>	121150	4.59	0.21	31123	1.17	0.11	3.42	***
<i>Sindicalizado (x100)</i>	121162	10.62	0.31	31125	7.44	0.26	3.17	***
<i>Voto (candidato) (x100)</i>	44885	72.36	0.45	13722	56.43	0.50	15.93	***
<i>Voto (partido) (x100)</i>	44885	12.42	0.33	13722	18.05	0.38	-5.64	***
<i>Voto (não sabe) (x100)</i>	44885	5.47	0.23	13722	18.55	0.39	-13.09	***
<i>Log RDPC</i>	118340	9.93	1.10	30597	8.90	0.91	1.03	
<i>Log do PIB per cap. (por UF) (x100)</i>	117960	8.54	0.54	30417	8.19	0.57	0.35	***
<i>Gini terra (por UF)</i>	117960	78.42	5.15	30417	80.90	5.67	-2.48	***
<i>% Alfabetizada na UF</i>	121343	76.93	10.64	31193	69.32	12.39	7.61	***
<i>Rural (x100)</i>	121343	17.36	0.38	31193	45.20	0.50	-27.84	***
<i>Metropolitano (x100)</i>	121343	45.71	0.50	31193	21.67	0.41	24.04	***
<i>Homem (x100)</i>	121343	48.31	0.50	31193	46.07	0.50	2.24	***
<i>Idade</i>	121341	35.85	14.39	31193	47.13	17.71	-11.28	***
<i>Branços (x100)</i>	121321	60.47	0.49	31183	35.50	0.48	24.97	***
<i>Ramo Agrícola (x100)</i>	79243	14.14	0.35	16463	52.92	0.50	-38.78	***
<i>Possui TV (x100)</i>	121040	81.61	0.39	31109	39.39	0.49	42.22	***
<i>Possui Rádio (x100)</i>	121033	86.99	0.34	31108	69.13	0.46	17.86	***
<i>Assiste TV (x100)</i>	121200	82.52	0.38	31139	42.99	0.50	39.52	***
<i>Ouve Rádio (x100)</i>	121194	76.17	0.43	31132	63.43	0.48	12.74	***

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1988

Quando voltamos o olhar para os analfabetos, verificamos aumentos nas médias das variáveis que medem a força da ARENA nos estados. As perguntas que tratam sobre o conhecimento a respeito dos membros do executivo apresentam um padrão diferente daquele da população alfabetizada. Para os analfabetos, à medida que nos afastamos de lideranças políticas locais, uma proporção cada vez menor diz conhecer o líder em questão. As diferenças entre os dois grupos para esse conjunto de perguntas é de 13,79% quando se questiona a respeito do prefeito, 28,26% a

respeito do governador, e 34,02% a respeito do presidente. Para os analfabetos, a diferença entre a proporção daqueles que sabem quem é o prefeito e a daqueles que sabem quem é o presidente é da ordem de 17,5%, um diferencial consideravelmente superior àquele encontrado quando comparamos com a população alfabetizada. Os analfabetos também possuem uma menor proporção de pessoas filiadas a algum partido político ou sindicato. Para as perguntas sobre o critério utilizado para decidir o voto, apenas 56,43% decide tendo em mente o candidato e 18,55% não sabem como decidir, uma proporção maior que a dos que decidem de acordo com o partido. A maior parte desse grupo habita áreas rurais e trabalha no ramo agrícola, e uma minoria dessa população assiste TV, sendo o rádio o principal meio que os analfabetos utilizam para se informar.

Como exposto na introdução dessa capítulo, pretendemos analisar como essa população analfabeta se comportou politicamente de acordo com a presença da ARENA em cada estado. Rodamos então duas regressões simples entre as duas interpretações para a presença desse partido e a proporção de analfabetos maiores de 18 anos que tiraram título de eleitor entre 1985 e 1988, com o objetivo de verificar a correlação entre a força da ARENA na ditadura e o registro eleitoral de analfabetos. Os resultados se encontram na Figura 1, onde as UF aparecem numeradas de acordo com a Tabela 1.

Observamos que, para as duas *proxies* utilizadas para a leitura da força da ARENA em cada estado, a proporção de analfabetos com título de eleitor em 1988 apresenta uma forte correlação positiva com a presença desse partido durante a ditadura. É notável que em estados onde havia forte presença da ARENA (e.g. Ceará, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte), a proporção de analfabetos maiores de idade registrados para votar chegou a mais de 80%, enquanto que em estados com menor presença do partido (e.g. São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) esta proporção ficou em torno de 60%. Enfatizamos que essa proporção de analfabetos que tiraram título representa explicitamente a variação na proporção de analfabetos que se registraram entre 1985 e 1988.

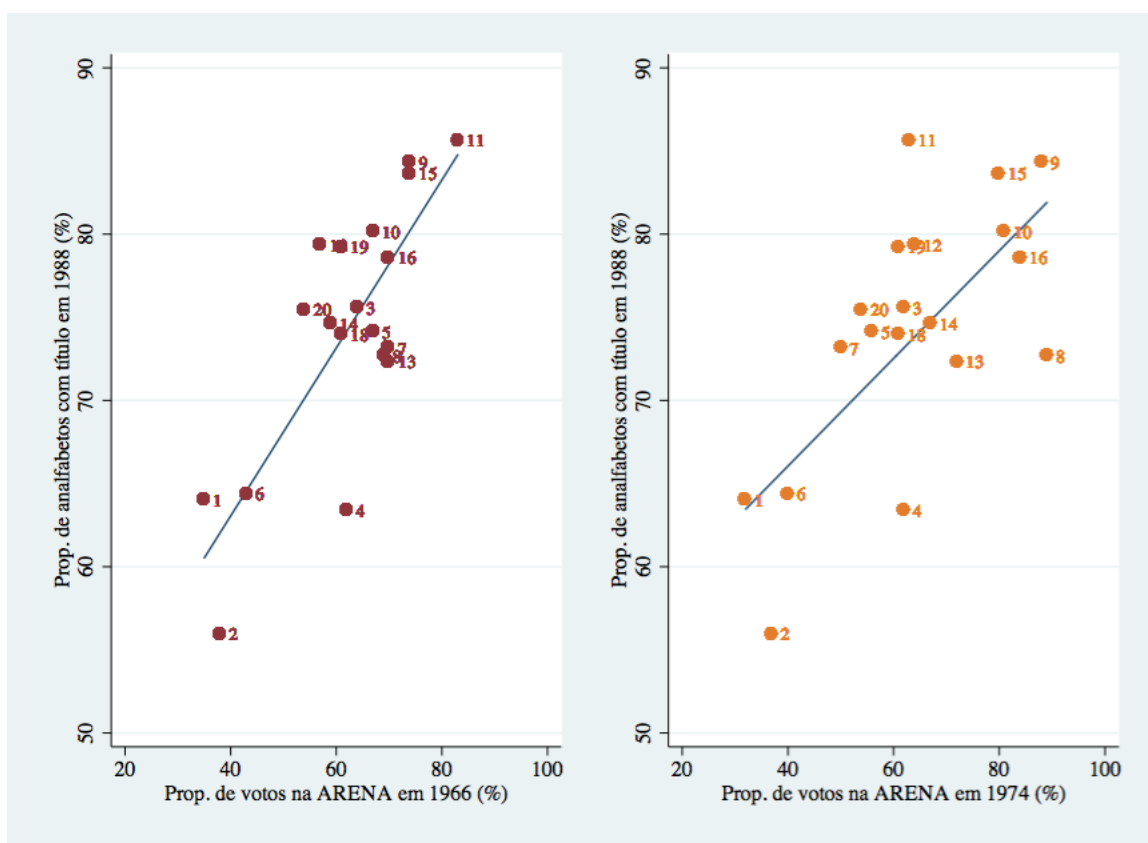


Figura 1: Correlação entre a proporção de analfabetos registrados entre 1985 e 1988 e presença da ARENA durante a ditadura

Existem duas explicações possíveis que explicam essa busca da população analfabeta em participar do processo político: (i) essa nova leva de eleitores analfabetos representava uma reação das elites nos estados com forte presença da ARENA, que buscavam se manter no poder por meio de práticas como compra de votos e coerção dessa parcela da população; (ii) esses eleitores que nunca tiveram a oportunidade de interferir no processo político puderam, após 1985, reagir e tirar do poder aqueles que os governavam e oprimiam. Procuramos confrontar essas duas hipóteses alternativas no próximo capítulo.

4 *Estratégia Empírica e Resultados*

Nesse trabalho tratamos apenas de regressões com modelos de resposta binária que representam alguma característica individual fornecida pelo questionário da PNAD. Nesse caso, o modelo de regressão linear de mínimos quadrados ordinários (MQO) é chamado de *modelo de probabilidade linear*. Esse tipo modelo linear não é adequado para o caso de um regressando binário, pois o valor esperado $E(y_i|x_i) = x_i'\beta$ pode assumir valores não pertencentes ao intervalo $[0, 1]$ e, logo, não representa uma probabilidade. Além disso, o termo de erro é heterocedástico, pois $V(v_i|x_i) = x_i'\beta(1 - x_i'\beta)$ depende de x_i . Apesar dessa inconsistência, ainda podemos optar pela estimação via MQO, pois, nesse caso, os valores dos coeficientes de inclinação nos fornecem estimativas do efeito marginal esperado dos regressores do modelo não-linear verdadeiro. Na prática, esses coeficientes serão muito próximos do efeito marginal esperado em algum outro modelo como o *logit* ou *probit*. A estimação via MQO nos fornece a vantagem adicional sobre esses outros dois métodos pois nos fornece parâmetros com interpretação imediata e permite que façamos uso de efeitos fixos por meio de variáveis *dummy*, algo que tornaria nossas estimativas enviesadas caso as obtivéssemos via *logit* ou *probit*. Tomamos nesse trabalho o cuidado de apresentar em todos os resultados das regressões múltiplas os erros padrões robustos (Eicker-Huber-White) para termos estimativas robustas quanto à heterocedasticidade inerente ao modelo de probabilidade linear.

4.1 Impacto da ARENA sobre Registro de Analfabetos

Agrupando os dados em um conjunto de *clusters* $s = 1, \dots, S$ que representam os estados, indexando as observações i dentro desses estados de tal modo que $i = 1, \dots, N$, e seja K o número de regressores, a seguinte equação representa o que procuramos nesse primeiro momento:

$$T_{is} = \alpha + \beta Arena66_s + \mathbf{E}_s \gamma + \mathbf{X}_{is} \omega + \epsilon_{is} \quad (4.1)$$

onde T_{is} é um vetor $N \times 1$ de *dummies* que tomam valor 1 se o indivíduo possui título de eleitor e 0 caso contrário, $Arena66_s$ representa a *proxy* para força da ARENA em 1966¹, \mathbf{E}_s é uma matriz que contém variáveis de controle ao nível de UF (força da ARENA em 1966, latitude, logaritmo do PIB per capita, índice de Gini da terra, porcentagem alfabetizada e número de analfabetos), \mathbf{X}_{ia} é uma matriz que contém controles ao nível do indivíduo (*dummies* que indicam se o respondente mora em área rural ou metropolitana, se é homem, se ele trabalha no setor agrícola, se se identifica como branco, assiste TV, ouve rádio, e variáveis para a idade e para o logaritmo da renda doméstica per capita) ϵ_{is} é um vetor $N \times 1$ de erros aleatórios. Nosso coeficiente de interesse nessa primeira etapa é β , responsável por captar o impacto que a força da ARENA na UF tem sobre o registro de eleitores analfabetos. Os resultados se encontram na Tabela 3, abaixo.

Todas essas regressões foram estimadas, como vimos, com *cluster* por UF e erro padrão robusto. A nossa amostra foi restrita aos analfabetos maiores de 18 anos e exclui a Região Norte e o Distrito Federal. As duas primeiras regressões utilizam apenas controles por UF, sendo que a segunda regressão verifica se o número de analfabetos é um controle importante. As regressões (3), (4) e (5) incluem controles para características individuais. Em especial, a regressão (4)

¹Todas as regressões rodadas nesse capítulo são refeitas para a força da ARENA em 1974 e apresentadas no Apêndice A. Os resultados são compatíveis com aqueles obtidos para 1966.

Tabela 3: Estimacões por MQO da relacão entre registro de título eleitoral e presenca da ARENA em 1966

	Variável Dependente: Possui Título de Eleitor (dummy)				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<i>Arena 1966 (por UF)</i>	0.0024***	0.0023***	0.0021***	0.0022***	0.0023***
	0.001	0.001	0.001	0.001	0.001
<i>Latitude (por UF)</i>	0.0024	0.0021	-0.0014	-0.0011	-0.0009
	0.002	0.003	0.003	0.003	0.003
<i>Log do PIB per cap. (por UF)</i>	-0.0414	-0.0344	-0.0091	-0.0118	-0.0113
	0.041	0.056	0.058	0.056	0.054
<i>Gini terra (por UF)</i>	-0.0000	0.0000	-0.0008	-0.0008	-0.0004
	0.003	0.003	0.003	0.003	0.003
<i>% Alfabetizada na UF</i>	0.0004	0.0005	0.0015	0.0015	0.0014
	0.002	0.002	0.002	0.002	0.002
<i>Número de Analfabetos na UF</i>		-0.0000	-0.0000	-0.0000	-0.0000
		0.000	0.000	0.000	0.000
<i>Rural</i>			-0.0051	0.0137	0.0153
			0.007	0.008	0.009
<i>Metropolitano</i>			-0.0404*	-0.0477**	-0.0516**
			0.021	0.021	0.021
<i>Homem</i>			0.0927***	0.0972***	0.0955***
			0.011	0.011	0.011
<i>Idade</i>			0.0206***	0.0203***	0.0201***
			0.002	0.002	0.002
<i>Idade²</i>			-0.0002***	-0.0002***	-0.0002***
			0.000	0.000	0.000
<i>Branco</i>			0.0097	0.0091	0.0062
			0.006	0.006	0.006
<i>Log da Renda Domiciliar per cap. (Log RDPC)</i>			-0.0050	-0.0075	-0.0109*
			0.006	0.006	0.005
<i>Ramo Agrícola</i>				-0.0373***	-0.0331***
				0.010	0.010
<i>Assiste TV</i>					0.0243***
					0.008
<i>Ouve rádio</i>					0.0330***
					0.007
<i>Constante</i>	0.9688**	0.9142**	0.3682	0.4130	0.3839
	0.363	0.404	0.440	0.425	0.405
<i>Observações</i>	16,057	16,057	15,825	15,825	15,825
<i>R²</i>	0.006	0.006	0.046	0.048	0.051

*** significativa a 1%, **significante a 5%, * significativa a 10%

introduz a variável referente ao fato do respondente ser trabalhador agrícola ou não, e a regressão (5) introduz variáveis que dizem respeito ao acesso a informação.

Confirmamos aqui o que vimos na regressão simples ilustrada na Figura 1, no final do último capítulo. Em todas as regressões, para diferentes números de variáveis de controle, o coeficiente de interesse é positivo e significativo, corroborando a idéia de que, quanto mais forte a ARENA, maior a probabilidade do indivíduo analfabeto se registrar para votar.

Para a última regressão, com todos os controles inclusos, o logaritmo da renda domiciliar per capita apresenta coeficiente negativo e significativo, indicando que quanto mais pobre o respondente, maior a probabilidade dele possuir título de eleitor. Com o mesmo sinal e também significativo é o coeficiente que indica se o respondente trabalhava no ramo agrícola. Outro resultado importante dessa regressão é o coeficiente positivo e significativo da variável que indica se o respondente ouve rádio. Isso corrobora os resultados citados na revisão de literatura, que relacionam uma maior participação a um maior grau de informação por parte do eleitor.

Procuramos agora responder a seguinte pergunta: qual o perfil desses novos eleitores analfabetos nas regiões dominadas pelo partido das elites durante a ditadura? Repetiremos as últimas regressões, mas ao invés de utilizarmos variáveis ao nível das UF, utilizaremos efeitos fixos (EF) na forma de *dummies* para cada UF, procurando dar conta de heterogeneidades não observadas desses estados. Incluímos também interações entre a variável *Arena66* e características individuais. Assim, rodamos 2 regressões a partir da seguinte especificação:

$$T_{is} = \alpha + \phi_s + \text{Arena66}'_s \mathbf{W}_{is} \theta + \mathbf{E}_s \gamma + \mathbf{X}_{is} \omega + \epsilon_{is} \quad (4.2)$$

onde ϕ_s representa o efeito fixo da UF s e \mathbf{W}_s é uma matriz de variáveis de controle do indivíduo interagidas com *Arena66*. Agrupamos os dados por UF novamente. Os resultados se encontram na Tabela 4.

Na primeira regressão, sem as variáveis interagidas, verificamos que trabalhadores do setor agrícola tendem a se registrar menos, enquanto que a renda domiciliar per capita não possui significância estatística alguma sobre a probabilidade do respondente possuir título de eleitor ou não. Na segunda regressão o que vemos é que analfabetos mais ricos tendem a se registrar mais, o que faz sentido de acordo com a literatura revisada anteriormente que relaciona status socioeconômico com participação eleitoral. Porém, quando observamos as variáveis interagidas nessa

regressão, podemos observar que, em estados com uma forte presença da ARENA, analfabetos mais pobres tendem a se registrar mais. Além disso, nessas UF, analfabetos que trabalham no setor agrícola possuem uma maior probabilidade de possuir título de eleitor.

Tabela 4: **Estimações por MQO da relação entre registro de título eleitoral e presença da ARENA em 1966 com EF**

	Var. Dependente: Possui Título de Eleitor (dummy)	
	(1)	(2)
<i>Arena66*Log RDPC</i>		-0.0009***
		0.000
<i>Arena66*Metropolitano</i>		-0.0012
		0.001
<i>Arena66*Rural</i>		-0.0006
		0.001
<i>Arena66*Agrícola</i>		0.0021***
		0.000
<i>Arena66*Rádio</i>		-0.0007
		0.001
<i>Homem</i>	0.0929***	0.0938***
	0.011	0.012
<i>Idade</i>	0.0206***	0.0205***
	0.002	0.001
<i>Idade²</i>	-0.0002***	-0.0002***
	0.000	0.000
<i>Branços</i>	0.0039	0.0042
	0.005	0.005
<i>Rural</i>	0.0183*	0.0547
	0.009	0.034
<i>Metropolitano</i>	-0.0541**	0.0040
	0.021	0.041
<i>Assiste TV</i>	0.0255***	0.0267***
	0.008	0.008
<i>Ouve rádio</i>	0.0289***	0.0753*
	0.007	0.042
<i>Log RDPC</i>	-0.0069	0.0470**
	0.005	0.018
<i>Ramo Agrícola</i>	-0.0291***	-0.1618***
	0.010	0.025
<i>Constante</i>	0.4295***	0.4213***
	0.068	0.058
<i>Efeito Fixo na UF</i>	Sim	Sim
<i>Observações</i>	16,188	16,188
<i>R²</i>	0.057	0.059

*** significante a 1%, **significante a 5%, * significante a 10%

O que constatamos a partir dos resultados de nossas regressões, por enquanto, é que, quanto maior a presença da ARENA no estado, maior a probabilidade do analfabeto possuir título de eleitor e, além disso, esse analfabeto nesses estados onde a elite incumbente era mais forte possui um perfil diferenciado dos analfa-

betos de outros lugares. Na segunda regressão, quando comparamos as variáveis interagidas com a presença do partido e as livres de interação, vemos que, naqueles lugares onde a ARENA prevalecia, pessoas mais pobres e ligadas ao trabalho agrícola tendiam a se registrar, enquanto em outros lugares o contrário ocorria: pessoas com maior renda domiciliar *per capita* possuíam maior probabilidade de possuir título, e pessoas do ramo agrícola possuíam menor probabilidade.

Como podemos explicar esses resultados? Por que em estados com forte presença da ARENA, analfabetos mais pobres ligados ao trabalho no campo possuem interesse em participar do processo eleitoral? Como visto anteriormente, existem duas hipóteses concorrentes que oferecem narrativas alternativas para esse fenômeno:

1. Elites reagiram à perda do poder político *de jure* e recorreram à compra de votos ou coerção desses trabalhadores analfabetos, pobres e ligados à atividade agrícola (ou seja: vulneráveis, geograficamente isolados e vivendo provavelmente sob uma relação de trabalho coercitiva).
2. Esses trabalhadores que nunca tiveram a oportunidade de reagir e eram os que provavelmente mais sofreram durante o regime (pelos mesmos motivos supracitados) finalmente podem atuar politicamente e tentar remover a elite incumbente do poder.

4.2 Hipóteses Alternativas

Com a finalidade de avaliar estas duas hipóteses concorrentes, utilizamos outras perguntas do questionário da PNAD sobre participação política. Dessa forma, podemos verificar como aqueles mesmos grupos de analfabetos que mais se registraram em estados dominados pelas elites respondem a questões relacionadas à informação e participação cívica. Para isso, restringimos nossa amostra àqueles analfabetos que possuem título de eleitor. Procuramos, assim, ganhar uma maior

compreensão sobre o nível de conhecimento e interesse político desse grupo.

Em primeiro lugar, analisamos três perguntas do questionário relacionadas ao grau de informação que os entrevistados tinham sobre os membros do poder executivo: se sabiam quem eram o presidente, o governador, e o prefeito. Também analisamos se o entrevistado costumava ouvir rádio, condicional ao fato dele ter rádio no domicílio. Nossas regressões seguem a seguinte especificação:

$$R_{is} = \alpha + \phi_s + Arena66'_s \mathbf{W}_{is} \theta + \mathbf{E}_s \gamma + \mathbf{X}_{is} \omega + \epsilon_{is} \quad (4.3)$$

onde R_{is} é um vetor de *dummies* que assumem valor 1 quando a resposta para a pergunta de interesse é “sim” e 0 caso contrário. As outras variáveis possuem as mesmas interpretações utilizadas anteriormente. É possível observar que a equação (4.3) nada mais é que uma versão generalizada da equação (4.2). Os resultados obtidos para as quatro regressões referentes às respostas dadas às perguntas do questionário político se encontram na Tabela 5.

As três primeiras colunas seguem a mesma especificação da coluna (4) da Tabela 5. A última coluna traz regressão sobre o uso de rádio e segue especificação muito similar, com a única diferença de que entre os regressores está a variável “*Possui rádio*” ao invés de “*Ouve rádio*”.

Como resultado, temos que tanto a variável que indica que o trabalhador atua no ramo de atividade agrícola, como a interação dessa variável com a presença da ARENA, são não significativas em todas as regressões. Isso nos indica que analfabetos que trabalham nesse meio não possuíam nenhum interesse especial em política ou em se manterem informados. Quando interagimos a renda doméstica *per capita* com a força da ARENA, obtemos um sinal negativo e significativo na coluna referente ao conhecimento a respeito do prefeito, mas não significativo nas colunas (2) e (3). Uma possível interpretação é que em regiões com grande presença do partido das elites, o grau de conhecimento político dos mais pobres se restringe a lideranças locais. O fato da variável livre de interação “*Log RDPC*” aparecer

positiva e significativa nas 3 regressões reforça essa leitura dos resultados.

Tabela 5: **Estimações por MQO da relação entre acesso à informação, conhecimento político e presença da ARENA em 1966**

	Variáveis Dependentes (dummies)			
	(1) Conhece o prefeito	(2) Conhece o governador	(3) Conhece o presidente	(4) Ouve rádio
<i>Arena66*Log RDPC</i>	-0.0018*** 0.000	-0.0005 0.000	-0.0004 0.000	0.0006 0.000
<i>Arena66*Metropolitano</i>	-0.0016 0.002	-0.0026 0.002	-0.0045*** 0.001	0.0020** 0.001
<i>Arena66*Rural</i>	0.0017** 0.001	0.0031 0.002	0.0013 0.002	0.0015 0.001
<i>Arena66*Agrícola</i>	0.0006 0.001	-0.0000 0.001	0.0002 0.001	-0.0003 0.001
<i>Arena66*Rádio</i>	0.0000 0.001	-0.0006 0.001	0.0016* 0.001	
<i>Homem</i>	0.0764*** 0.014	0.1904*** 0.023	0.2143*** 0.025	0.0093 0.011
<i>Idade</i>	0.0077*** 0.002	0.0106*** 0.002	0.0084*** 0.002	-0.0004 0.002
<i>Idade²</i>	-0.0001*** 0.000	-0.0001*** 0.000	-0.0001*** 0.000	-0.0000 0.000
<i>Brancos</i>	0.0059 0.013	0.0217 0.013	0.0218* 0.010	0.0030 0.007
<i>Rural</i>	-0.1696*** 0.046	-0.2304* 0.118	-0.1092 0.098	-0.0411 0.058
<i>Metropolitano</i>	-0.1110 0.145	0.1500 0.087	0.3021*** 0.050	-0.0859** 0.035
<i>Assiste TV</i>	0.0458*** 0.013	0.1211*** 0.016	0.1435*** 0.015	
<i>Ouve rádio</i>	0.0432 0.078	0.1334*** 0.043	-0.0283 0.042	
<i>Log RDPC</i>	0.1083*** 0.034	0.0525* 0.029	0.0682** 0.024	-0.0317 0.029
<i>Ramo Agrícola</i>	-0.0554 0.079	-0.0266 0.100	-0.0858 0.082	-0.0145 0.052
<i>Possui TV</i>				-0.0778*** 0.012
<i>Possui rádio</i>				0.7571*** 0.021
<i>Constante</i>	0.6061*** 0.067	-0.0124 0.069	-0.1870** 0.076	0.1517* 0.084
<i>Efeito Fixo na UF</i>	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Observações</i>	8,315	8,315	8,313	8,271
<i>R²</i>	0.070	0.137	0.118	0.546

*** significante a 1%, **significante a 5%, * significante a 10%

O que vemos é uma parcela da população que, além de analfabeta e pobre, aparenta ser desinteressada e desinformada politicamente. Mesmo assim, quanto mais forte a presença da ARENA na UF durante a ditadura, maior o número de pessoas com perfil parecido com esse que resolveram participar do processo

político.

Para reforçar essa análise, verificamos ainda outras três variáveis do questionário. Seguindo a mesma especificação da equação (4.3), usamos como variáveis dependentes *dummies* que tomam valor 1 caso:

1. o respondente seja filiado a algum partido político.
2. o respondente pertença a algum sindicato.
3. na hora de votar, o respondente não sabe qual critério seguir para nortear sua escolha.

Procuramos, com essas variáveis, complementar a análise anterior a respeito do grau de politização dos respondentes. Os resultados das três regressões se encontram na Tabela 6.

Nas duas primeiras regressões observamos novamente que interação da presença da ARENA com o fato do respondente ser trabalhador agrícola é não significativa. Na última regressão notamos que essa variável interagida aparece positiva e significativa, enquanto sem interação aparece negativa e significativa. Esses resultados reforçam a idéia de despolitização do analfabeto que atua nesse ramo em estados com forte presença do partido das elites.

É possível constatar, a partir dos resultados apresentados nesse capítulo, que em estados com maior presença da ARENA durante a ditadura, analfabetos de baixa renda e ligados ao trabalho agrícola procuraram participar do processo político. Procuramos então saber qual era a explicação por trás disso, confrontando duas hipóteses concorrentes apresentadas pela literatura em economia política: (i) as elites reagiram à potencial perda de poder, utilizando uma nova massa de eleitores vulneráveis que agora teriam impacto sobre a distribuição do poder após a transição por terem ganho o direito de voto; (ii) essa parcela oprimida da população viu na abertura democrática a chance de reagir e procurou participar do

Tabela 6: Estimações por MQO da relação entre participação política e presença da ARENA em 1966

	Variáveis Dependentes (dummies)		
	(1) Filiado a partido	(2) Filiado a sindicato	(3) Não sabe como escolher
<i>Arena66*Log RDPC</i>	0.0002** 0.000	-0.0010* 0.001	-0.0001 0.000
<i>Arena66*Metropolitano</i>	-0.0003 0.000	-0.0011 0.001	0.0006 0.001
<i>Arena66*Rural</i>	0.0003 0.000	0.0002 0.001	-0.0013*** 0.000
<i>Arena66*Agrícola</i>	-0.0005 0.000	0.0005 0.001	0.0017** 0.001
<i>Arena66*Rádio</i>	-0.0002 0.000	0.0000 0.000	0.0010 0.001
<i>Homem</i>	0.0118*** 0.003	0.0878*** 0.010	-0.1148*** 0.021
<i>Idade</i>	0.0016*** 0.000	0.0078*** 0.001	-0.0055** 0.002
<i>Idade²</i>	-0.0000*** 0.000	-0.0001*** 0.000	0.0001*** 0.000
<i>Branços</i>	0.0018 0.003	0.0028 0.006	-0.0242** 0.011
<i>Rural</i>	-0.0262 0.020	0.0036 0.059	0.0895*** 0.026
<i>Metropolitano</i>	0.0034 0.011	0.0630 0.041	-0.0091 0.031
<i>Assiste TV</i>	0.0081** 0.003	-0.0013 0.007	-0.0444*** 0.008
<i>Ouve rádio</i>	0.0175* 0.009	0.0392* 0.021	-0.0956** 0.037
<i>Log RDPC</i>	-0.0120* 0.007	0.0540 0.032	-0.0091 0.020
<i>Ramo Agrícola</i>	0.0268 0.026	0.0215 0.079	-0.0874* 0.049
<i>Constante</i>	-0.0474** 0.019	-0.1426 0.090	0.4734*** 0.080
<i>Efeito Fixo na UF</i>	Sim	Sim	Sim
<i>Observações</i>	13,594	13,594	8,315
<i>R²</i>	0.015	0.070	0.041

*** significante a 1%, **significante a 5%, * significante a 10%

processo político, tendo por trás um interesse político legítimo de derrubar as elites incumbentes. Para verificarmos, buscamos saber, por meio das perguntas no suplemento temático da PNAD, quão politizados eram esses analfabetos que buscavam participar das eleições. Constatamos que esse grupo especial de analfabetos, em estados com maior presença da ARENA, se revelam como desinteressados e desinformados em política.

Como visto na revisão de literatura, há um consenso dentro da pesquisa a

respeito dos determinantes da participação política. Verba e Nie (1972) apontam uma correlação positiva entre status socioeconômico e participação. Wolfinger e Rosenstone (1980), Milligan, Moretti, e Oreopoulos (2004), Dee (2004), Glaeser, Ponzetto, e Shleifer (2007) fornecem evidência empírica adicional, apontando uma correlação positiva mais específica, entre o nível de educação e participação política. Larcinese (2007) revela que, em especial, quanto mais politicamente informado o eleitor é, maior a probabilidade dele participar do processo eleitoral. Utilizando uma abordagem teórica, Feddersen e Pesendorfer (1999) desenvolvem um modelo de participação política cujo o resultado é a abstenção de indivíduos com menores níveis de educação. Como pode, então, uma parcela da população analfabeta, despolitizada, desinformada e de baixa renda, procurar participar do processo eleitoral em estados onde o partido das elites possui força política? Justificar o argumento de uma reação por parte dos eleitores parece implausível pois, como visto, esses eleitores não possuem interesse ou conhecimento sobre a vida política. Em trabalhos onde se verifica uma reação da população antes oprimida, como Bellows e Miguel (2009) e Blattman (2009), a evidência empírica apresentada pelos autores sugere que não há uma relação clara entre status socioeconômico e participação política, porém há um movimento no sentido de maior politização por parte dessa população. Como visto, isso não ocorre para os indivíduos aqui estudados, enfraquecendo a hipótese de que esse interesse da população analfabeta em participar do processo eleitoral em estados com forte presença do partido ligado ao governo autoritário representou uma reação para remover as elites incumbentes.

Para minimizarmos um possível viés de variável omitida, inserimos diversas variáveis de controle em nossas regressões. Um outro problema presente em trabalhos com microdados (especialmente dados de questionário) é a possibilidade de erro de medida nas variáveis. Respondentes podem fornecer informações erradas por não lembrarem ou propositalmente. Um trabalhador rural pode mentir que tirou título de eleitor pois pode ter sofrido pressão para tal de alguma figura local poderosa, e teme retaliação caso não o tenha feito, por exemplo. Um erro de medida na variável dependente resulta em uma superestimação dos erros

padrões, enquanto que nas variáveis independentes torna nossos coeficientes enviesados para zero. Assim, de qualquer lado da equação em que o erro ocorra, ele torna as estimativas obtidas nesse capítulo mais “conservadoras” na ocasião de testes de hipótese, pois aumentam a probabilidade de não rejeitarmos a hipótese nula dos coeficientes serem estatisticamente iguais a zero. A presença de erro de medida não é, portanto, um problema para nós.

5 *Conclusão*

Procuramos nesse trabalho investigar como o processo de persistência institucional se deu na transição democrática brasileira ocorrida na década de 1980. Utilizamos o sufrágio da população analfabeta em 1985 para observar como tal grupo, que pela primeira vez recebe o direito de participar do processo eleitoral, se comporta politicamente em estados com forte presença do partido da base do governo autoritário. Constatamos uma forte correlação positiva entre a presença da ARENA durante a ditadura e a proporção da população analfabeta que se registrou como eleitora entre 1985 e 1988. Ao investigarmos o perfil socioeconômico desses analfabetos com maior probabilidade de se registrarem, observamos que eram aqueles mais pobres e que trabalhavam no setor agrícola. Quando observamos os estados independente da força da ARENA, o oposto ocorre: dentro da população analfabeta, quanto maior a renda doméstica per capita e quanto menor a probabilidade de trabalhar no campo, maior a probabilidade de se registrar para participar do processo político.

Buscamos então confrontar duas explicações concorrentes para esse fato: (i) essa nova leva de eleitores analfabetos representava uma reação das elites nesses estados, que buscavam se manter no poder por meio de práticas como coerção e compra de votos dessa parcela da população; (ii) esses eleitores mais vulneráveis (mais pobres e geograficamente isolados) que nunca tiveram a oportunidade de interferir no processo político puderam, após 1985, reagir e tirar do poder aqueles que os governavam e oprimiam.

Utilizando as respostas dadas ao suplemento temático da PNAD de 1988, que tinha em seu questionário perguntas que investigavam a participação político-social, procuramos então saber o nível de conhecimento político da população analfabeta nesses estados com forte presença da elite política incumbente durante o período da ditadura. Por meio das interações entre a força da ARENA nos estados e variáveis que representam respostas às perguntas desse questionário, notamos que justamente esses analfabetos que trabalham no ramo agrícola e possuem menor renda doméstica per capita eram o mais politicamente desinformados.

Como pode um segmento tão politicamente desinteressado procurar de maneira tão notável se fazer presente no processo eleitoral? Essa contradição entre interesse político e participação política parece revelar como improvável a hipótese de uma reação por parte do eleitorado. Nossos resultados sugerem que houve uma reação por parte das elites de se manter no poder utilizando uma parcela vulnerável e, em geral, geograficamente isolada do eleitorado.

Dentro de uma literatura de economia política empírica ainda escassa, esse trabalho traz evidência relevante para a compreensão do processo de persistência institucional e comportamento das elites durante transições políticas ao trazer luz a um dos canais pelo qual esse segmento procurou manter seu poder quando ameaçado. Mais ainda, trazemos aqui, por meio do devido tratamento econométrico, evidência empírica inédita para a principal narrativa existente a respeito desse período crítico na história brasileira.

Referências

- ABREU, M. de P. The brazilian economy 1930-1980. In: BETHELL, L. (Edt.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2008. v. 9.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. Unbundling institutions. *Journal of Political Economy*, v. 113, p. 949–995, 2005.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON S. ROBINSON, J. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, v. 91, p. 1369–1401, 2001.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON S. ROBINSON, J. Reversal of fortune: Geography and institutions in the making if the modern world income distribution. *Quarterly Journal of Economics*, v. 117, p. 1231–1294, 2002.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. De facto political power and institutional persistence. *AEA Papers and Proceedings*, p. 325–330, 2006.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Persistence of power, elites and institutions. *The American Economic Review*, v. 98, p. 267–293, 2008.
- AGHION, P.; ALESINA, A.; TREBBI, F. Endogenous political institutions. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 39, p. 565–611, 2004.
- BALAND, J.; ROBINSON, J. Land and power: Theory and evidence from chile. *The American Economic Review*, v. 98, p. 1737–1765, 2008.
- BELLOWS, J.; MIGUEL, E. War and local collective action in sierra leone. *Journal of Public Economics*, v. 93, n. 11-12, p. 1144–1157, December 2009.
- BLATTMAN, C. From violence to voting: War and political participation in uganda. *American Political Science Review*, v. 103, n. 2, p. 231–247, May 2009.
- CAMMACK, P. Clientelism and military government in brazil. In: CLAPHAM, C. (Edt.). *Private Patronage and Public Power: Political Clientelism in the Modern State*. New York: St. Martin's, 1982. p. 53–75.

DEE, T. S. Are there civic returns to education? *Journal of Public Economics*, v. 88, p. 1697–1720, 2004.

EASTERLY, W.; LEVINE, R. Tropics, germs, and crops: How endowments influence economic development. *Journal of Monetary Economics*, v. 50, p. 3–39, 2003.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. The factor endowments, institutions, and differential paths of growth among new world economies. In: HARBER, S. (Edt.). *How Latin America Fell Behind*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1997.

FEDDERSEN, T. J.; PESENDORFER, W. Abstention in elections with asymmetric information and diverse preferences. *The American Political Science Review*, v. 381-398, 1999.

FERRAZ, C.; FINAN, F. Political power and long-run development: Evidence from brazil's regime transition. *Mimeo*, 2012.

GLAESER, E. L.; PONZETTO, G. A. M.; SHLEIFER, A. Why does democracy need education? *Journal of Economic Growth*, v. 12, p. 77–99, 2007.

GOMES, A. M. de C. et al. *O Brasil Republicano, Vol. 10, Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAGOPIAN, F. *The Politics of Oligarchy: The Persistence of Traditional Elites in Contemporary Brazil*. Tese (Doutorado) — Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 1975.

HAGOPIAN, F. Democracy by undemocratic means? elites, political pacts, and regime transition in brazil. *Comparative Political Studies*, v. 23, p. 147–170, 1990.

HOUTZAGER, P. P.; KURTZ, M. J. The institutional roots of popular mobilization: State transformation and rural politics in brazil and chile, 1960?1995. *Comparative Studies in Society and History*, v. 42, p. 394–424, 2000.

KAUFMAN, R. R. The chilean political right and agrarian reform: Resistance and moderation. *Political study no. 2, Institute for the Comparative study of Political Systems.*, 1967.

KINZO, M. D. G. *Legal Oposition Politics Under Authoritarian Rule in Brazil*. New York: St. Martin's, 1988.

LARCINESE, V. Does political knowledge increase turnout? evidence from the 1997 british general election. *Public Choice*, v. 131, p. 387–411, 2007.

- MILLIGAN, K.; MORETTI, E.; OREOPOULOS, P. Does education improve citizenship? evidence from the united states and the united kingdom. *Journal of Public Economics*, v. 88, p. 1667–1695, 2004.
- NARITOMI, J.; SOARES, R. R.; ASSUNÇÃO, J. J. Institutional development and colonial heritage within brazil. *Journal of Economic History*, v. 72, p. 393–422, 2012.
- NORTH, D. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, p. 97–112, 1990.
- O'DONNELL, G. Modernization and bureaucratic-authoritarianism. *Berkeley Institute Of International Studies*, 1973.
- PANDE, R.; UDRY, C. Institutions and development: A view from below. In: NEWEY, R. B. W. K.; PERSSON, T. (Edt.). *Advances in Economics and Econometrics*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2006.
- POWER, T. J. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions and Democratization*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000.
- RODRIK, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions rule: The primacy of institutions over geography and integration in economic development. *Journal of Economic Growth*, v. 9, p. 131–165, 2004.
- SKIDMORE, T. E. *Politics in Brazil 1930-1964: An Experiment In Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 1967.
- SKIDMORE, T. E. *The Politics of Military Rule in Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- STEPAN, A. *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven, CT: Yale University Press, 1973.
- VERBA, S.; NIE, N. H. *Introduction to Economic Growth*. 2001. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1972.
- WOLFINGER, R. E.; ROSENSTONE, S. J. *Who Votes?* New Haven, CT: Yale University Press, 1980.

APÊNDICE A

Esse apêndice apresenta as tabelas de resultados para as regressões rodadas no capítulo, dessa vez utilizando como *proxy* para a presença da ARENA nos estados o a proporção de deputados eleitos por esse partido, por estado, na eleição legislativa de 1974.

Tabela 7: Estimacões por MQO da relação entre registro de título eleitoral e presença da ARENA em 1974

	Variável Dependente: Possui Título de Eleitor (dummy)				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<i>Arena 1974 (por UF)</i>	0.0005	0.0005	0.0007	0.0008	0.0010*
	0.001	0.001	0.001	0.001	0.001
<i>Latitude (por UF)</i>	0.0016	0.0005	-0.0024	-0.0021	-0.0018
	0.003	0.003	0.003	0.003	0.003
<i>Log do PIB per cap. (por UF)</i>	-0.0423	-0.0153	0.0056	0.0040	0.0063
	0.047	0.061	0.064	0.063	0.061
<i>Gini terra (por UF)</i>	-0.0010	-0.0005	-0.0014	-0.0014	-0.0011
	0.003	0.003	0.003	0.003	0.003
<i>% Alfabetizada na UF</i>	-0.0002	0.0002	0.0014	0.0014	0.0013
	0.002	0.002	0.002	0.002	0.002
<i>Número de Analfabetos na UF</i>		-0.0000	-0.0000	-0.0000	-0.0000
		0.000	0.000	0.000	0.000
<i>Rural</i>			-0.0045	0.0134	0.0147
			0.007	0.008	0.009
<i>Metropolitano</i>			-0.0482**	-0.0553**	-0.0589**
			0.021	0.021	0.021
<i>Homem</i>			0.0927***	0.0972***	0.0956***
			0.011	0.011	0.011
<i>Idade</i>			0.0206***	0.0203***	0.0200***
			0.002	0.002	0.002
<i>Idade²</i>			-0.0002***	-0.0002***	-0.0002***
			0.000	0.000	0.000
<i>Branco</i>			0.0084	0.0080	0.0055
			0.005	0.006	0.006
<i>Log da Renda Domiciliar per cap. (Log RDPC)</i>			-0.0052	-0.0076	-0.0109*
			0.006	0.006	0.005
<i>Ramo Agrícola</i>				-0.0356***	-0.0316***
				0.010	0.010
<i>Assiste TV</i>					0.0245***
					0.008
<i>Ouve rádio</i>					0.0332***
					0.007
<i>Constante</i>	1.2249***	0.9658**	0.4174	0.4536	0.4030
	0.326	0.405	0.467	0.456	0.435
<i>Observações</i>	16,057	16,057	15,825	15,825	15,825
<i>R²</i>	0.003	0.003	0.045	0.046	0.049

*** significante a 1%, **significante a 5%, * significante a 10%

Tabela 8: Estimações por MQO da relação entre registro de título eleitoral e presença da ARENA em 1974 com EF

	Var. Dependente: Possui Título de Eleitor (dummy)	
	(1)	(2)
<i>Arena74*Log RDPC</i>		-0.0006**
		0.000
<i>Arena74Metropolitano</i>		-0.0014**
		0.001
<i>Arena74*Rural</i>		-0.0007
		0.000
<i>Arena74*Agrícola</i>		0.0011*
		0.001
<i>Arena74*Rádio</i>		-0.0002
		0.000
<i>Homem</i>	0.0929***	0.0939***
	0.011	0.012
<i>Idade</i>	0.0206***	0.0205***
	0.002	0.001
<i>Idade²</i>	-0.0002***	-0.0002***
	0.000	0.000
<i>Branco</i>	0.0039	0.0036
	0.005	0.005
<i>Rural</i>	0.0183*	0.0656**
	0.009	0.028
<i>Metropolitano</i>	-0.0541**	0.0179
	0.021	0.031
<i>Assiste TV</i>	0.0255***	0.0267***
	0.008	0.008
<i>Ouve rádio</i>	0.0289***	0.0453
	0.007	0.030
<i>Log RDPC</i>	-0.0069	0.0328**
	0.005	0.015
<i>Ramo Agrícola</i>	-0.0291***	-0.1058***
	0.010	0.035
<i>Constante</i>	0.4295***	0.4194***
	0.068	0.062
<i>Efeito Fixo na UF</i>	Sim	Sim
<i>Observações</i>	16,188	16,188
<i>R²</i>	0.057	0.059

*** significante a 1%, **significante a 5%, * significante a 10%

Tabela 9: Estimações por MQO da relação entre acesso à informação, conhecimento político e presença da ARENA em 1974

	Variáveis Dependentes (dummies)			
	(1) Conhece o prefeito	(2) Conhece o governador	(3) Conhece o presidente	(4) Ouve rádio
<i>Arena74*Log RDPC</i>	-0.0011*** 0.000	-0.0001 0.000	-0.0004 0.000	0.0002 0.000
<i>Arena74Metropolitano</i>	-0.0004 0.002	-0.0025** 0.001	-0.0034*** 0.001	0.0015*** 0.000
<i>Arena74*Rural</i>	0.0016** 0.001	0.0016 0.001	0.0001 0.001	0.0015** 0.001
<i>Arena74*Agrícola</i>	-0.0009 0.001	-0.0009 0.001	0.0008 0.001	-0.0010** 0.000
<i>Arena74*Rádio</i>	-0.0003 0.001	0.0002 0.000	0.0006 0.001	
<i>Homem</i>	0.0765*** 0.014	0.1897*** 0.023	0.2143*** 0.025	0.0095 0.011
<i>Idade</i>	0.0077*** 0.002	0.0107*** 0.002	0.0083*** 0.002	-0.0004 0.002
<i>Idade²</i>	-0.0001*** 0.000	-0.0001*** 0.000	-0.0001*** 0.000	-0.0000 0.000
<i>Branços</i>	0.0047 0.014	0.0220 0.013	0.0214* 0.010	0.0028 0.007
<i>Rural</i>	-0.1645*** 0.043	-0.1453 0.090	-0.0316 0.075	-0.0456 0.039
<i>Metropolitano</i>	-0.1688 0.124	0.1600** 0.074	0.2508*** 0.048	-0.0624** 0.026
<i>Assiste TV</i>	0.0434*** 0.013	0.1211*** 0.015	0.1437*** 0.015	
<i>Ouve rádio</i>	0.0644 0.058	0.0786** 0.031	0.0354 0.051	
<i>Log RDPC</i>	0.0655** 0.024	0.0301 0.023	0.0670*** 0.021	-0.0084 0.021
<i>Ramo Agrícola</i>	0.0411 0.076	0.0323 0.075	-0.1231** 0.057	0.0343 0.028
<i>Possui TV</i>				-0.0780*** 0.012
<i>Possui rádio</i>				0.7572*** 0.021
<i>Constante</i>	0.6099*** 0.072	-0.0085 0.065	-0.1906** 0.077	0.1475* 0.078
<i>Efeito Fixo na UF</i>	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Observações</i>	8,315	8,315	8,313	8,271
<i>R²</i>	0.068	0.136	0.117	0.546

*** significante a 1%, **significante a 5%, * significante a 10%

Tabela 10: Estimações por MQO da relação entre participação política e presença da ARENA em 1974

	Variáveis Dependentes (dummies)		
	(1) Filiado a partido	(2) Filiado a sindicato	(3) Não sabe como escolher
<i>Arena74*Log RDPC</i>	0.0001 0.000	-0.0006* 0.000	-0.0004 0.000
<i>Arena74Metropolitano</i>	-0.0002 0.000	-0.0008 0.001	0.0002 0.000
<i>Arena74*Rural</i>	0.0001 0.000	-0.0002 0.001	-0.0007 0.000
<i>Arena74*Agrícola</i>	-0.0001 0.000	0.0003 0.001	0.0010 0.001
<i>Arena74*Rádio</i>	-0.0003 0.000	-0.0004* 0.000	0.0006 0.000
<i>Homem</i>	0.0119*** 0.003	0.0880*** 0.011	-0.1145*** 0.021
<i>Idade</i>	0.0016*** 0.000	0.0077*** 0.001	-0.0056** 0.002
<i>Idade²</i>	-0.0000*** 0.000	-0.0001*** 0.000	0.0001*** 0.000
<i>Branços</i>	0.0019 0.003	0.0021 0.006	-0.0247** 0.011
<i>Rural</i>	-0.0109 0.016	0.0329 0.041	0.0522 0.031
<i>Metropolitano</i>	-0.0077 0.011	0.0492 0.034	0.0104 0.030
<i>Assiste TV</i>	0.0081** 0.003	-0.0021 0.007	-0.0444*** 0.008
<i>Ouve rádio</i>	0.0218* 0.011	0.0674*** 0.015	-0.0776** 0.033
<i>Log RDPC</i>	-0.0018 0.006	0.0335 0.027	0.0113 0.014
<i>Ramo Agrícola</i>	0.0015 0.027	0.0309 0.057	-0.0486 0.044
<i>Constante</i>	-0.0489** 0.021	-0.1431 0.093	0.4666*** 0.078
<i>Efeito Fixo na UF</i>	Sim	Sim	Sim
<i>Observações</i>	13,594	13,594	8,315
<i>R²</i>	0.015	0.070	0.041

*** significante a 1%, **significante a 5%, * significante a 10%

APÊNDICE B

Esse apêndice apresenta a tabela com o sumário das variáveis utilizadas nesse trabalho e a descrição de cada uma delas. As 11 primeiras (de “*Arena 1966*” a “*Voto (não sabe)*”) representam as variáveis políticas de nossa análise. As restantes representam características socio-econômicas da população estudada.

Tabela 11: Descrição das variáveis

Variável	Descrição
<i>Arena 1966 (por UF)</i>	porcentagem de votos recebidos pela ARENA em cada estado nas eleições de 1966.
<i>Arena 1974 (por UF)</i>	porcentagem de deputados eleitos pela ARENA do total de deputados eleitos por estado nas eleições de 1974.
<i>Possui título</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo possua título de eleitor e 0 caso contrário.
<i>Sabe o prefeito</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo saiba quem é o prefeito do município que habita e 0 caso contrário.
<i>Sabe o governador</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo saiba quem é o governador do estado que habita e 0 caso contrário.
<i>Sabe o presidente</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo saiba quem é o presidente do Brasil e 0 caso contrário.
<i>Filiado a partido</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo seja filiado a algum partido ou 0 caso contrário.
<i>Sindicalizado</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo pertença a algum sindicato ou 0 caso contrário.
<i>Voto (candidato)</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo considere mais importante votar de acordo com o candidato e 0 caso contrário.
<i>Voto (partido)</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo considere mais importante votar de acordo com o partido e 0 caso contrário.
<i>Voto (não sabe)</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo não saiba se é mais importante votar de acordo com o candidato ou no partido, e 0 caso contrário.
<i>Log RDPC</i>	logaritmo da renda doméstica per capita do indivíduo.
<i>Log do PIB per cap. (por UF)</i>	logaritmo do produto interno bruto per capita, por estado.
<i>Gini terra (por UF)</i>	índice de Gini da terra.
<i>% Alfabetizada na UF</i>	porcentagem da população que é alfabetizada por estado.
<i>Rural</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo habite região rural, e 0 caso contrário
<i>Metropolitano</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo habite região metropolitana e 0 caso contrário.
<i>Homem</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo seja do sexo masculino, e 0 caso seja do sexo feminino.
<i>Idade</i>	variável que representa a idade do indivíduo.
<i>Branco</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo seja da cor branca e 0 caso contrário.
<i>Ramo Agrícola</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo trabalhe no ramo agrícola e 0 caso contrário.
<i>Possui TV</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo possua aparelho de televisão em casa e 0 caso contrário.
<i>Possui Rádio</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo possua aparelho de rádio em casa e 0 caso contrário.
<i>Assiste TV</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo assista televisão e 0 caso contrário.
<i>Ouve rádio</i>	variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso o indivíduo ouça rádio e 0 caso contrário.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1988